



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**  
**RECORTE DE JORNAIS**

**Karla Pinheiro**

Continua a fiscalização do Corpo de Bombeiros em todo o Estado a locais que reúnem público acima de 100 pessoas. Segundo dados do órgão, desde janeiro, 168 estabelecimentos já foram fiscalizados, 59 interditados e destes, 21 já conseguiram a liberação para voltar a funcionar, alguns com restrições. Dentre os estabelecimentos que mais apresentaram problemas, estão os bares e boates.

De acordo com o diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros, Cel. Reginaldo Dória, dos estabelecimentos que foram interditados e conseguiu liberação para voltar a funcionar, alguns possuem restrições. "Vários estabelecimentos conseguiram sanar todas as irregularidades, como é o caso da Boate Cock Girls Club, mas outros estabelecimentos conseguiram regularizar parcialmente, portanto houve a liberação parcial dos locais. A boate Infinit Club, por exemplo, teve apenas o pavimento térreo liberado, eles não podem usar o superior, já que não conseguiram resolver todas as irregularidades. O mesmo acontece com o Armazém Mediterrâneo, eles não podem usar a parte superior como boate, apenas como restaurante. Essas particularidades constam no documento de desinterdição e devem ser observados", explica o coronel.

Alguns estabelecimentos que descumpriram a determinação do Corpo de Bombeiros sofreram sanções. "O bar Chop 13 foi interditado, reabriu e por conta disso foi multado, porque foi autuado e voltou a funcionar sem liberação. Eles já regularizam, mas tiveram que pagar a multa que foi em torno de 3 mil reais. A boate Strip House está interditada, mas o proprietário estaria funcionando sem autorização. Ele foi conduzido à delegacia e foi movido um termo contra ele. A boate ainda não foi aberta porque ele não condicionou e acho difícil voltar a funcionar porque existe muitas irregularidades", conta o diretor técnico.

As igrejas do Estado também estão sendo alvo de fiscalização, mas de acordo com Cel. Dória está sendo exigido um cadastramento desses locais. Até o momento o Corpo de Bombeiros recebeu da Congregação Cristã uma lista com 170 igrejas, da Presbiteriana uma relação de 36 igrejas e da Universal do Reino de Deus 114. "Nós já fizemos fiscalização de algumas igrejas, mas prioritariamente estamos

pedindo um cadastro. Todas as igrejas têm que apresentar esse cadastro ao Corpo de Bombeiros. Já recebemos algumas relações e agora a gente está fazendo uma triagem dessas igrejas. A maioria são igrejas pequenas que são mais fáceis de fiscalizar e como são menores a vistoria é mais amena, porque a área, a capacidade de pessoas, é menor, então as exigências são outras. Já as maiores precisam de uma fiscalização mais efetiva", conta o coronel.

#### • Saúde

As vistorias também foram feitas em unidade de saúde do Estado. Recentemente a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) receberam a visita do Corpo de Bombeiros e nos dois locais, muitas irregularidades foram encontradas. "Atendendo a uma determinação judicial, nós fizemos uma vistoria detalhada tanto na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes como no HGJAF. Na maternidade nós achamos irregulari-

dades mais eminentes, mas problemas encontramos nos dois locais. Nós levamos o relatório para as unidades e solicitamos a regularização. Demos um prazo imediato para as correções, principalmente para a maternidade por conta de um reservatório de água com problema de estrutura e corrosão. Além de saídas de emergências lacrada com cadeado, falta de extintores. Essas correções deveriam ser feitas no prazo imediato", revela Cel. Dória.

Uma audiência no **Ministério Público Estadual, MPE**, foi realizada com os representantes das duas unidades de saúde para que os problemas fossem sanados de imediato, mas da parte da maternidade não havia condições de solucionar as irregularidades no momento. Por conta disso, o **MPE** solicitou interdição da unidade.

"Alguém da Fundação Hospitalar de Saúde, FHS, disse que no prazo imediato não tinha condições de regularizar, por conta disso, a **promotora de justiça, Euza Missano**, entrou com ação de interdição da materni-

dade. Já o HGJAF também tinha algumas irregularidades de prazo imediato, como recolocação de extintores, retirada por total de um teto de gesso que ameaçava cair, retirada de botijão de gás de 13 kg em locais inconvenientes, mas em audiência no MPE os representantes do hospital disseram que iriam corrigir de imediato, dessa forma o MPE não viu necessidade de interdição", explica o diretor.

Ainda segundo o diretor técnico, o papel do Corpo de Bombeiros foi cumprido em vistoriar e informar sobre as irregularidades, mas cabe ao Tribunal de Justiça acatar ou não. "O Corpo de Bombeiros fez sua parte quando fiscalizou, identificou e repassou as irregularidades encontradas para a maternidade e estipulou o prazo de imediato para algumas irregularidades e para outros tipos de problemas que a legislação concede um prazo maior, mas de prazo imediato eles não regularizaram nada. Agora cabe ao Tribunal de Justiça acatar ou não o pedido do MPE de interdição", conclui cel. Dória.